



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2020.

Processo nº 04.000.587.20.99.

IDENTIFICADOR DO BANCO DO BRASIL: 840607

- **OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EMPILHADEIRAS ELÉTRICAS E PALETEIRAS MANUAIS, ESTANDO INCLUSO OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E, INCLUSIVE O FORNECIMENTO DE PEÇAS COMPONENTES E SUPRIMENTOS NECESÁRIOS PARA SEU FUNCIONAMENTO.**
- **TIPO: MENOR PREÇO, AFERIDO PELO VALOR GLOBAL**
- **REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL/POR PREÇO UNITÁRIO.**
- **MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO**
- **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** dia 06/11/2020, às 09:00 h
- **INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES:** dia 06/11/2020, às 10:00 h
- **FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:** Os pedidos poderão ser formulados de acordo com o item “5” deste edital.
- **SITE PARA CONSULTAS:** www.licitacoes-e.com.br ou www.pbh.gov.br
- **FONE:** (31) 3277-7735 – (31) 3277-7781
- **CARTILHA DO FORNECEDOR:** Deverá ser de conhecimento de todos os licitantes, podendo ser impressa por meio do “site” www.licitacoes-e.com.br, através do “link” “Introdução às Regras do Jogo”, para que não ocorram dúvidas de procedimento durante a sessão.
- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília.



1. DO PREÂMBULO

1.1.A Diretoria de Logística/Gerência de Compras da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte torna público que fará realizar procedimento licitatório na modalidade pregão, por meio de utilização de recursos da tecnologia da informação – INTERNET, nos termos dos Decretos Municipais nº 12.436/06 e 17.317/20 e nº 15.113/13, da Lei Municipal nº 10.936/16, das Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02 e Lei Complementar nº 123/06, observadas ainda as determinações da Lei Federal nº 12.846/13 e demais legislações aplicáveis.

2. DO OBJETO

2.1. Prestação de serviço de locação de Empilhadeiras Elétricas e Paletes Manuais, estando inclusos os serviços de manutenção e, inclusive, o fornecimento de peças componentes e suprimentos necessários para seu funcionamento, conforme descrição detalhada constante no **Anexo I** deste edital.

3. DAS DISPOSIÇÕES/RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

- 3.1. O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condição de segurança-criptografia e autenticação em todas as suas fases.
- 3.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município, denominado pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante do “site” www.licitacoes-e.com.br.

4. DA(S) DOTAÇÃO(ÇÕES) ORÇAMENTÁRIA(S)

4.1. As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pela (s) seguinte (s) dotação (ções) orçamentária (s):

2302.3401.10.302.114.2891.0001.339039.17.03.50.1.41

5. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 5.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser apresentados até o 3º dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, via INTERNET, para o e-mail cplmsa@pbh.gov.br ou ser entregues diretamente no Protocolo Central da Secretaria Municipal de Saúde, situado na Avenida Afonso Pena, 2336, Savassi – Belo Horizonte/MG, CEP 30.130.012 19, no horário de 8 h às 17 h.
- 5.2. As respostas serão disponibilizadas diretamente no “site” www.licitacoes-e.com.br, no “link” correspondente a este edital e no “site” da PBH no endereço <https://prefeitura.pbh.gov.br/licitacoes> e poderão ser acessados por todos os licitantes.

6. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 6.1. Poderá ser apresentada IMPUGNAÇÃO ao Edital deste Pregão até o 3º dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública.
- 6.2. As razões de impugnação ao edital, poderão ser enviadas via INTERNET, para o e-mail cplmsa@pbh.gov.br, ou ser entregues diretamente no Protocolo Central da Secretaria



Municipal de Saúde, situado na Avenida Afonso Pena, 2336, Savassi – Belo Horizonte/MG, CEP 30.130.012 19, no horário de 8 h às 17 h.

- 6.3. Não serão acolhidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal.
- 6.4. As respostas serão disponibilizadas diretamente no “site” www.licitacoes-e.com.br, no “link” correspondente a este edital e no “site” da PBH no endereço <https://prefeitura.pbh.gov.br/licitacoes> e poderão ser acessados por todos os licitantes.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 7.1. Poderão participar deste procedimento os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos.
- 7.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do procedimento os interessados que se enquadrem em quaisquer das situações a seguir:
- a) estejam constituídos sob a forma de consórcio;
 - b) estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Município;
 - c) tenham sido declarados inidôneos ou impedidos de licitar e contratar em qualquer esfera de Governo;
 - d) estejam sob falência, dissolução ou liquidação;
 - e) estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo as empresas que comprovarem que o plano de recuperação foi homologado pelo juízo competente;
 - f) demais hipóteses proibidas pela legislação vigente.
- 7.3. A observância das vedações do subitem 7.2 é de inteira responsabilidade do LICITANTE que, em caso de descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.
- 7.4. Poderá ser constatado eventual descumprimento das vedações elencadas no subitem 7.2, mediante consulta aos meios legais disponíveis, inclusive ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis.

8. DO CREDENCIAMENTO JUNTO AO BANCO DO BRASIL

- 8.1. Os interessados em participar do pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S/A sediadas no País.
- 8.2. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa devidamente justificada do Banco do Brasil S/A.
- 8.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo ao Banco do Brasil S/A ou ao Município de Belo Horizonte a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de seu uso indevido, ainda que por terceiros.
- 8.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade do licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e na presunção de capacidade técnica e habilitatória para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.



9. DO ACESSO E DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 9.1. O acesso deve ser feito na página inicial do “site” www.licitacoes-e.com.br, opção “Acesso Identificado”.
- 9.2. A participação no pregão eletrônico se dará por meio da digitação da chave de identificação e da senha pessoal do representante credenciado e da subsequente inserção da proposta de preços e dos documentos de habilitação exigidos no edital até data e horário limite estabelecidos para a abertura das propostas.
- 9.2.1. O licitante deverá obrigatoriamente identificar o tipo de segmento da empresa, ficando responsável pela legitimidade e veracidade desta informação, sob pena de aplicação da penalidade prevista no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e demais penalidades previstas na legislação cabível ou aplicável.
- 9.3. O acesso à sala de disputa deve ser feito na página inicial do “site” www.licitacoes-e.com.br, opção “Sala de Disputa”.
- 9.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o processo do pregão, desde a publicação até a homologação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante de sua desconexão ou da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou pelo pregoeiro, bem como da perda do direito de exercer o benefício previsto na Lei Complementar nº 123/06.
- 9.4.1. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 9.4.2. Havendo desconexão do pregoeiro por prazo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensão e reiniciada somente após decorridas no mínimo vinte e quatro horas da comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.5. A inserção da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste edital.
- 9.6. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 10.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio eletrônico proposta inicial e documentos de habilitação, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 10.1.1. **A Proposta Inicial a ser inserida deverá conter apenas o valor global do(s) lote(s), conforme Anexo II.** O(s) valor(es) unitários/mensal do(s) serviço(s) que compõe(m) o(s) lote(s) será/serão exigido(s) apenas na Proposta Ajustada, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, nos termos do item 13 e Anexo III.



- 10.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão inserir toda a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 10.3. O licitante deverá adotar como referência para sua proposta as informações constantes no presente edital e seus anexos.
- 10.4. Quando do lançamento da proposta inicial, por meio do SISTEMA ELETRÔNICO, o licitante deverá lançar o valor global do lote em moeda corrente nacional para todo o serviço, referente ao período de 12 (doze) meses, com duas casas decimais.**
- 10.4.1. No preço proposto deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, fretes até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto do presente pregão.**
- 10.4.2. É vedada a identificação do licitante quando do preenchimento da PROPOSTA ELETRÔNICA, sob pena de desclassificação imediata.**
- 10.5. É vedada a participação de um mesmo procurador como representante de licitantes diferentes em um mesmo lote.**
- 10.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até o horário limite para o acolhimento das propostas.

11. DA CONDUÇÃO DO CERTAME

- 11.1. O certame será conduzido pelo pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
- a) coordenar o procedimento licitatório;
 - b) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos
 - c) abrir e conduzir a sessão pública na INTERNET;
 - d) abrir as propostas de preços, examiná-las e classificá-las para a disputa de lances;
 - e) conduzir a etapa de lances;
 - f) julgar a proposta e a habilitação do arrematante;
 - g) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
 - h) receber, examinar e decidir recurso, encaminhando-o à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
 - i) declarar o vencedor do certame;
 - j) adjudicar o objeto, exceto quando, havendo recurso, mantiver a sua decisão, hipótese em que a adjudicação será feita por autoridade superior;
 - k) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior para homologação.
 - l) conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- 11.2. O pregoeiro, no exercício de suas funções, poderá valer-se de pareceres técnicos e/ou jurídicos exarados por servidor/comissão devidamente constituídos, para embasar sua decisão quando do julgamento das fases de habilitação e proposta.
- 11.3. Todas as ações do pregoeiro serão formalizadas via Sistema Eletrônico.



12. DOS PROCEDIMENTOS

12.1. A sessão pública do pregão eletrônico terá início a partir do horário previsto neste edital, com a abertura das propostas de preços recebidas, passando o pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas ou desclassificá-las no caso de não atenderem às exigências editalícias.

12.1.1. A critério do pregoeiro a disputa dos lotes poderá ocorrer de forma simultânea.

12.2. Aberta a etapa competitiva, os licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, o licitante será imediatamente informado de seu recebimento e dos respectivos registros de horário e valor.

12.3. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

12.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.5. Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado por participante, vedada a identificação do detentor do lance.

12.6. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e transcorrido o período de tempo, aleatoriamente determinado, de até dez minutos, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

12.7. Encerrado o prazo aleatório previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o licitante da oferta de valor mais baixo e os licitantes das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12.7.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas acima, os licitantes dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12.8. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

12.9. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um **único** lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12.9.1. Encerrado esse prazo o sistema ordenará os lances em ordem crescente de valores.

12.9.2. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 12.9.

12.10. O sistema anunciará o arrematante após o encerramento da etapa de lances da sessão pública.



- 12.11. Ocorrendo a situação de empate prevista nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/06, após a disputa de cada lote, o Sistema Eletrônico possibilitará, automaticamente, a condução pelo pregoeiro dos procedimentos para obtenção dos benefícios previstos.
- 12.11.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas eletrônicas apresentadas pelos beneficiários da Lei Complementar 123/06 sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, que não tiver sido apresentada por empresa beneficiária.
- 12.12. Nas hipóteses de desclassificação ou inabilitação do então arrematante, o pregoeiro **verificará a ocorrência de nova situação de empate**, assegurando a preferência de contratação para os beneficiários da **Lei Complementar nº 123/2006**, procedendo da seguinte forma:
- a) convocação para realização de sessão pública, eletrônica, via “chat” de mensagem com antecedência mínima de 06 (seis) horas, onde será concedido ao beneficiário mais bem classificado, oportunidade de exercer o seu direito de preferência, **no prazo máximo de 5 (cinco) minutos**, apresentando proposta de preço inferior à atual, ofertada por empresa que não esteja enquadrada como beneficiária. Tal proposta deverá ser apresentada no prazo e limites estabelecidos pelo pregoeiro, diretamente no “chat” de mensagem do sistema eletrônico;
- b) a apresentação de proposta após o prazo estipulado na sessão pública implicará na decadência do direito conferido pela Lei Complementar nº 123/2006, sendo convocadas as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na mesma situação, respeitada a ordem de classificação das propostas, para o exercício do mesmo direito, observado o procedimento previsto na alínea anterior;
- 12.13. Encerrada a etapa de lances, bem como todos os procedimentos relativos à situação de empate prevista nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/06, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 12.13.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 12.14. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta ajustada adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 12.15. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.
- 12.15.1. O pregoeiro poderá solicitar a demonstração da exequibilidade da proposta após o término da fase competitiva.
- 12.16. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e a habilitação do licitante, e assim sucessivamente, até a



apuração de uma proposta ou lance que atenda ao presente edital, observado o disposto no subitem 12.9.

- 12.17. Após a etapa de envio de lances, bem como a cada desclassificação ou inabilitação, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666/1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.
- 12.18. Caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva, serão aplicados os critérios de desempate nos termos do subitem 12.18
- 12.19. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 12.20. Após a declaração do vencedor e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado aos beneficiários da Lei Complementar nº 123/06 o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da mesma.
- 12.20.1. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal e trabalhista prevista no subitem 12.21, dependerá de requerimento pelo interessado, devidamente fundamentado, dirigido ao pregoeiro.
- 12.20.2. O requerimento deverá ser apresentado, via sistema eletrônico, dentro do prazo inicial de 05 (cinco) dias úteis concedidos para a regularização fiscal e trabalhista.
- 12.20.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nas Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DE PREÇO AJUSTADA

- 13.1. Após a convocação pelo pregoeiro, o arrematante deverá apresentar Proposta Ajustada, conforme modelo Anexo III.
- 13.2. A proposta de preços ajustada deverá conter:
- 13.2.1. razão social, n.º do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico do licitante;
- 13.2.2. modalidade e número da licitação;
- 13.2.3. descrição sucinta da prestação do serviço conforme este edital e anexo I Projeto Básico;
- 13.2.4. valor global do lote, discriminando o preço unitário e total do(s) serviço(s) que o compõe:
- 13.2.4.1. O valor mensal deve ser apresentado em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo 02 (duas) casas decimais.



13.2.4.2.O valor global deve ser apresentado em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais.

13.2.4.2.1. Quando a divisão do valor global pela quantidade de meses resultar em valor com mais de 2 (duas) casas decimais, o valor mensal deverá ser adequado conforme subitem acima. O valor global obtido após a adequação deverá ser igual ou inferior ao valor arrematado.

13.2.4.2.2. Os valores que estejam a partir da terceira casa decimal, entre 0 e 4 centavos, o arredondamento deverá ser para baixo. Os valores que estejam a partir da terceira casa decimal, entre 5 e 9 centavos, o arredondamento deverá ser para cima.

13.2.5. declaração de validade da proposta de 90 (noventa) dias, contados da assinatura;

13.3. **Juntamente com a proposta de preços ajustada a empresa arrematante deverá apresentar:**

13.3.1. Declaração de **BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**, conforme modelo Anexo V, no caso de beneficiário.

13.3.2. Declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo Anexo VI.

14. DAS EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

14.1. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados, concomitantemente com a proposta inicial, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para a abertura da sessão pública.

14.2. Para habilitação dos licitantes será exigida **a documentação relacionada abaixo:**

14.2.1. Habilitação Jurídica:

14.2.1.1.Registro comercial, no caso de empresa individual;

14.2.1.2.Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; reconhecido nacionalmente (CNH, Carteira de Identidade, Registro Profissional ou outro), em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

14.2.1.3.Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

14.2.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir

Observação: Para todos os efeitos, considera-se como ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, o documento de constituição da empresa, acompanhado da(s)

última(s) alteração(ões) referente(s) à natureza da atividade comercial e à administração da empresa, ou a última alteração consolidada.

14.2.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 14.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 14.2.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 14.2.2.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 14.2.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 14.2.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

14.2.3. Qualificação Técnica:

- 14.2.3.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante presta ou prestou serviços de natureza compatível com o objeto deste pregão.
 - a). O(s) atestado(s) deverá(ão) estar emitido(s) em papel(eis) timbrado(s) do(s) Órgão(s) ou da(s) Empresa(s) que o expediu(ram), ou deverá(ão) conter carimbo do CNPJ do(s) mesmo(s) ou outra informação que permita a devida identificação do emitente.
 - b). O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da empresa, com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) do licitante.
 - c). Não será(ão) aceito(s) atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) pelo próprio licitante.

14.2.4. Qualificação Econômico-Financeira:

- 14.2.4.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta;
- 14.2.4.2. Balanço Patrimonial e Demonstração Contábil do Resultado do Último Exercício Social já exigíveis e apresentados na forma da lei, que demonstrem a situação financeira do licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, devendo ser observados os subitens abaixo para o devido enquadramento.



- 14.2.4.2.1. Serão considerados, “na forma da lei”, o Balanço Patrimonial e a Demonstração Contábil do Resultado do Último Exercício Social, assim apresentados:
- publicados em Diário Oficial; ou
 - publicados em Jornal; ou
 - por fotocópia do livro Diário, devidamente registrado/autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou registrado no órgão de registro equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento; ou
 - na forma de escrituração contábil digital (ECD) instituída pela Instrução Normativa da RFB nº 1.420 de 19/12/2013 e suas alterações.
- 14.2.4.2.2. As empresas com menos de um ano de existência, desde que não enquadradas no art. 1.065 do Código Civil, devem apresentar Balanço de Abertura devidamente registrado/autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou registrado no órgão de registro equivalente.
- 14.2.4.2.3. O Balanço Patrimonial (inclusive o Balanço de Abertura) e a Demonstração Contábil do Resultado do Último Exercício Social deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade.
- 14.2.4.2.4. É dispensada a exigência do item “10.2.4.2” para o Microempreendedor Individual – MEI, que está prescindido da elaboração do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis na forma do §2º do art. 1.179 do Código Civil Brasileiro;
- 14.2.4.2.5. O licitante enquadrado como microempresa e empresa de pequeno porte estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, nos termos do art. 3º do Decreto nº 16.535/2016.
- 14.2.4.3. Cálculo dos índices de Solvência Geral (SG), Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, sendo considerado habilitado o licitante que apresentar resultado igual ou maior que 1 (um), em todos os índices aqui mencionados:

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- a. O licitante que apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer dos índices referidos no subitem acima deverá comprovar patrimônio líquido ou capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor da proposta.
- b. Reserva-se ao pregoeiro o direito de efetuar os cálculos, caso o memorial dos cálculos dos índices não seja apresentado.

14.2.5. Declarações:

14.2.5.2. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República.

14.3. Os documentos relacionados no subitem 14.2, poderão ser substituídos pelos cadastros abaixo:

- a. Relatório da Situação do Fornecedor se cadastrado no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município – **SUCAF**, e/ou;
- b. Certificado de Registro Cadastral - CRC se cadastrado no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF do Governo de Minas Gerais, e/ou;
- c. Certificado de Registro Cadastral - CRC se cadastrado no SICAF do Governo Federal.

14.3.1. Caso o Licitante não esteja habilitado na (s) linha (s) de fornecimento compatível (véis) com o (s) objeto (s) licitado(s), deverá encaminhar concomitantemente com a proposta, o Estatuto ou Contrato social em vigor acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) ou a última alteração consolidada, para análise do objeto social quanto à compatibilidade em relação ao(s) objeto(s) licitado(s).

14.3.2. Caso não conste nos referidos cadastros quaisquer documentos exigidos no subitem 14.2. o licitante deverá encaminhá-los concomitantemente com a proposta, devendo estar os mesmos em vigor na data da abertura das propostas.

14.3.3. Caso os documentos constantes nos mencionados cadastros estejam com os prazos de validade vencidos, deverão ser anexados novos documentos, em vigor na data da abertura das propostas.

14.4. Os licitantes que utilizarem os cadastros relacionados no subitem 10.3 deverão apresentar a documentação solicitada no subitem 14.2.4 para fins de Qualificação Técnica.

14.4.2. Caso não conste nos referidos **cadastros** quaisquer documentos exigidos no subitem 14.2. o licitante deverá anexá-los, devendo estar os mesmos em vigor na data da



- 14.5. Os licitantes que utilizarem **os cadastros relacionados** no subitem 14.3 deverão, **caso os mesmos não comprovem as exigências de qualificação econômico-financeira elencadas no subitem 14.2.4**, apresentá-las nos termos do subitem 14.2.4 para comprovação.
- 14.6. O licitante obriga-se a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, quando houver, sujeitando-se às penalidades cabíveis.
- 14.7. Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, devendo ser observado:
- a) se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da mesma;
 - b) se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, comprovadamente, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;
 - c) para efeito de qualificação técnica serão admitidos atestados de capacidade técnica emitidos em nome da matriz e/ou filial.
- 14.8. Para fins de habilitação, **os documentos que não possuem prazo de validade** deverão possuir data de emissão de no máximo **180 (cento e oitenta) dias**, tendo como referência a data de abertura da proposta.
- 14.8.1. Não se enquadram no **subitem** 14.8 os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade, inclusive quanto aos atestados de capacidade técnica.
- 14.9. Os beneficiários da Lei Complementar nº 123/06 deverão apresentar toda a documentação de habilitação referente à comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, como condição para ter o objeto adjudicado a seu favor.
- 14.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a devida regularização ocorrerá conforme disposto no subitem 12.22.
- 14.10. Para efeito do julgamento da habilitação, os documentos inseridos pelo licitante deverão comprovar a sua regularidade na data da abertura das propostas, salvo na ocorrência do previsto no § 1º do art. 43 da LC nº 123/06.**

15. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 15.1. O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO, AFERIDO PELO VALOR GLOBAL**, para a prestação do serviço objeto desta licitação, para um período de 12 meses, observadas as exigências deste edital e seus anexos.

16. DOS RECURSOS

- 16.1. Declarado o vencedor ou restando o lote fracassado, o licitante, inclusive aquele que foi desclassificado antes da sessão de lances, poderá manifestar motivadamente a intenção de recorrer. Esta manifestação deverá ser realizada via sistema eletrônico, nas 24 (vinte e quatro) horas imediatamente posteriores ao ato da declaração de vencedor ou do lote fracassado.
- 16.1.1. A manifestação a que se refere o subitem anterior deverá ser motivada e efetivada através do botão virtual “intenção de recurso” do sistema eletrônico.



- 16.2. Não serão acolhidos os recursos apresentados fora do prazo legal, nem os recursos subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para representar o licitante.
- 16.3. Será concedido o prazo de **3 (três) dias** para apresentação das razões de recurso, contados do término do prazo para manifestação motivada da intenção de recorrer. Os demais licitantes ficarão automaticamente intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a ser contados do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 16.4. A ausência de manifestação da intenção de recorrer, a ausência da motivação da intenção ou a não apresentação das razões de recurso importará na decadência do direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 16.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 16.6. As razões do recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas via INTERNET, para o e-mail cpmsmsa@pbh.gov.br ou ser entregues diretamente no Protocolo Central da Secretaria Municipal de Saúde, situado na Avenida Afonso Pena, 2336, Savassi – Belo Horizonte/MG, CEP 30.130.012 19, no horário de 8 h às 17 h.
- 16.7. As respostas serão disponibilizadas diretamente no “site” www.licitacoes-e.com.br, no “link” correspondente a este edital e no “site” da PBH no endereço <https://prefeitura.pbh.gov.br/licitacoes> e poderão ser acessados por todos os licitantes.

17. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 17.1. Homologada a licitação será firmado contrato com o licitante vencedor do presente pregão nos termos da minuta constante do Anexo VIII, parte integrante deste edital, que conterà, dentre suas cláusulas, as de Condições de Pagamento, Obrigações da Contratada e Obrigações do Contratante.
- 17.1.1. É condição para a celebração do contrato a manutenção de todas as condições exigidas na habilitação.
- 17.2. O contrato terá vigência de (12) meses, contada a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado em conformidade com os termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
- 17.2.1. A prorrogação a que se refere o item anterior será realizada mediante termo aditivo.
- 17.2.2. Ocorrendo prorrogação, serão mantidas as condições do contrato inicial e observada a legislação em vigor.
- 17.3. A Adjudicatária deverá assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias contados da respectiva convocação.
- 17.3.1. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.



17.3.2. Quando da assinatura do contrato a adjudicatária deverá apresentar Declaração da Lei Orgânica, conforme modelo Anexo VII.

17.4. A recusa em formalizar o ajuste, no prazo estabelecido no subitem 17.3, sem justificativa por escrito e aceita pela autoridade competente, bem como a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará a licitante vencedora às penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar remanescentes, na ordem de classificação, nos termos da legislação aplicável.

17.5. As despesas com a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município “DOM” correrão por conta da Administração Municipal.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Fornecedor, sujeitando-o às seguintes penalidades:

18.1.1. Advertência.

18.1.2. Multas nos seguintes percentuais:

- a) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução do serviço, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
- b) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho ou outro instrumento hábil em caso de recusa do infrator em aceitá-la(o) ou retirá-la(o);
- c) multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;
- d) multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas;
- e) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou da contratação direta na hipótese de o infrator executar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- f) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato quando o infrator der causa ao cancelamento do contrato;



- g) multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar o cancelamento do contrato e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados ou registrados.

18.1.3. Impedimento de licitar e contratar, com o consequente descredenciamento do SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02.

18.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Belo Horizonte, nos termos do art. 87, IV da Lei 8.666/93.

18.2. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pela Diretoria de Logística da Secretaria Municipal de Saúde.

18.2.1. Nos casos previstos pela legislação, as multas poderão ser descontadas do pagamento imediatamente subsequente à sua aplicação.

18.3. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Secretário Municipal Adjunto de Saúde.

18.4. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada pelo Secretário Municipal de Saúde.

18.5. Na notificação de aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

18.6. Na notificação de aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

18.7. No caso de aplicação das penalidades previstas será concedido prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de recurso.

18.8. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto e não exime a Contratada da plena execução do objeto contratado.

18.8.1. Na hipótese de cumulação a que se refere o subitem acima serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.

18.9. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

18.10. Poderá, ainda, ser objeto de apuração e processo administrativo a prática considerada abusiva, inclusive aquela caracterizada por proposta com preço manifestadamente majorado ou inexequível.



19. PRAZO DE EXECUÇÃO:

- 19.1. O prazo máximo de execução do(s) serviço(s) será de até **05 (cinco) dias corridos**, contados a partir da assinatura do contrato e após o recebimento da Ordem de Serviço.
- 19.2. Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de execução, o fornecedor poderá solicitar prorrogação da execução, ficando a cargo da área demandante aceitar a solicitação, desde que não haja prejuízo da rede.
- 19.3. As demais especificações de execução estão disponibilizadas no Anexo I – Projeto Básico.

20. LOCAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

- 20.1. O local da execução do serviço será na Gerência de Logística, Apoio à Rede e Almoxarifado – GELOG/ SMSA, situado à Rua Piraquara, nº 325, Vila Oeste, Belo Horizonte/MG, no dia e horário agendados com o gestor ou fiscal do contrato, tendo em vista a necessidade de vistoria por parte da GELOG-SA. Este agendamento será realizado por e-mail almox.smsa@pbh.gov.br ou telefone - Tel: (31) 3246-2131 e (31) 3277- 5997.

21. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- 21.1. Os documentos fiscais deverão ser atestados pelo servidor ou comissão responsável pelo recebimento do(s) serviço(s), após a execução definitivo do(s) mesmo(s).
- 21.2. O pagamento será realizado pela Gerência de Orçamento e Finanças ou equivalente do Órgão recebedor, em até 30 (trinta) dias contados da entrega e apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo Órgão Recebedor.
- 21.3. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar o serviço, modelo (se houver) e o quantitativo efetivamente executado.
- 21.4. Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação devidamente regularizada.

22. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 22.1. Nos procedimentos licitatórios e nas contratações realizados pelo Município de Belo Horizonte serão observadas as determinações que se seguem.
- 22.2. O Município exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:
- 22.2.1. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato;
- 22.2.2. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do Contratante;
- 22.2.3. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do Contratante,



destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o Contratante dos benefícios da competição livre e aberta;

22.2.4. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

22.2.5. “prática obstrutiva” significa:

22.2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do Contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

22.2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

22.3. O Município rejeitará a proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

22.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Poderá a Administração revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa ou interesse público devidamente justificado, sem que caiba ao licitante direito à indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.

23.2. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação e da execução do contrato. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.3. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

23.3.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

23.4. O licitante intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.



- 23.5. O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 23.6. A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões poderá constituir meio legal de prova, para fins de habilitação, respeitado o disposto nos itens 14.3 e 14.10.
- 23.6.1. O Município de Belo Horizonte não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade do acesso ao documento nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, hipótese em que, em face do não saneamento das falhas constatadas, o licitante será inabilitado.
- 23.7. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto nos §§1º e 2º, art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 23.7.1. Para aditamento do quantitativo deverá ser observado o disposto no Decreto Municipal nº 13.757 de 26.10.2009 e suas alterações.
- 23.8. A tolerância do Município de Belo Horizonte com qualquer atraso ou inadimplência por parte da Contratada não importará de forma alguma em alteração ou novação.
- 23.9. A Contratada não poderá caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira.
- 23.10. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.11. As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas aos licitantes via Sistema Eletrônico ou por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.
- 23.12. Os casos não previstos neste edital serão decididos pelo pregoeiro ou pela autoridade a ele superior.
- 23.13. A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste edital.
- 23.14. A Contratada deverá manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.
- 23.15. Se a empresa vencedora não for cadastrada no SUCAF, a documentação apresentada para fins de habilitação poderá ser enviada ao órgão competente para as devidas providências relativas ao seu cadastramento.
- 23.15.1. Nessa hipótese, a exigência prevista no art. 4º do Decreto Municipal 11.245/03 será cumprida mediante o encaminhamento da referida documentação e da proposta constando a solicitação para cadastramento.



23.16. Se a empresa vencedora já se encontrar cadastrada deverá manter a documentação atualizada.

23.17. A Contratada não poderá:

23.17.1. subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada;

23.17.2. associar-se com outrem, realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do Contratante.

23.18. Aplicam-se ao objeto licitado todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor.

23.19. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultante deste edital será o da Comarca de Belo Horizonte.

23.20. Fazem parte integrante deste edital:

- Anexo I – Projeto Básico;
- Anexo II - Modelo de Proposta de Preços Inicial;
- Anexo III -Modelo de Proposta de Preços Ajustada;
- Anexo IV – Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica;
- Anexo V – Modelo de Declaração de **BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**;
- Anexo VI– Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
- Anexo VII – Modelo de Declaração da Lei Orgânica;
- Anexo VIII - Minuta do contrato;
- Anexo XIV – Termo de Referência.

Belo Horizonte, de de

Secretário Municipal de Saúde

**ANEXO I****PROJETO BÁSICO****1. ESPECIFICAÇÃO:**

1.1. Contratação de empresa para a locação de 2 (duas) Empilhadeiras elétricas e 10 (dez) Paletes manuais, para um período de 12 meses, estando inclusos os serviços de manutenção e, inclusive, o fornecimento de peças, componentes e suprimentos necessários para seu funcionamento.

SICAM	DESCRIÇÃO	CARACTERÍSTICAS	UNID.	QUANT. TOTAL.
0359	LOCAÇÃO DE EMPILHADEIRA ELÉTRICA, RETRÁTIL, OPERADOR SENTADO A BORDO, COM RODAS. INCLUSOS: BATERIAS E CARREGADORES.	Capacidade de carga de no mínimo 1.600 kg	UNID.	2
		Altura de elevação do garfo de no mínimo 5.50 metros.		
		Altura total, com mastro abaixado com altura de no máximo de 2.90 metros.		
		Corredor operacional de no máximo 2.80 metros		
		Autonomia mínima de baterias de 8 hs/dia.		
0360	LOCAÇÃO DE PALETEIRAS MANUAIS, RODAS NYLON/POLIURETANO, RODA DE CARGA SIMPLES OU TANDEM	Capacidade de carga mínima de 2.500kg	UNID.	10
		Comprimento útil do garfo entre 1150 a 1220 mm		
		Largura externa do Garfo de 680 mm		
		Comprimento total mínimo de 1533 mm		
		Altura do garfo elevado mínima de 185 mm.		
		Altura do garfo abaixado mínima de 75 mm.		



2. DEFINIÇÃO DE MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO PARA EMPILHADEIRA:

2.1. Local de Execução.

2.1.1. Os maquinários e a prestação de serviços deverão ser executados na Gerência de Logística, Apoio à Rede e Almoxarifado – GELOG/ SMSA, situado à Rua Piraquara, nº 325, Vila Oeste, Belo Horizonte/MG, no dia e horário agendados com o gestor ou fiscal do contrato, tendo em vista a necessidade de vistoria por parte da GELOG-SA. Este agendamento será realizado por e-mail almox.smsa@pbh.gov.br ou telefone - Tel: (31) 3246-2131 e (31) 3277- 5997.

2.2. Prazo de Execução

2.2.1. A Contratada deverá iniciar a execução de entrega do(s) maquinário(s) locado(s) em até **05(cinco) dias corridos** contados a partir da assinatura do contrato.

2.3. Os maquinários deverão ser disponibilizados em conformidade com os termos estabelecidos na Norma Regulamentadora nº. 11 do Ministério do Trabalho e Emprego.

2.4. Os maquinários deverão atender às especificações contidas neste instrumento, em perfeitas condições de utilização, conservação, trafegabilidade, funcionamento e segurança.

2.5. O tempo de uso dos veículos deverá ser de no máximo **10.000 (dez mil) horas** durante a vigência contratual e assim que o(s) maquinário(s) alcançar(em) essas horas, deverá(ão) ser substituído(s) em até 1 (um) dia útil, após recebimento do Comunicado por parte da GELOG.

2.6. Uma vez comunicada pela Contratante, a Contratada terá até 24 (vinte e quatro) horas de prazo para a realização do conserto.

2.7. Todos e quaisquer custos associados a peças de reposição, bem como aqueles relacionados à mão de obra, que surgirem durante os procedimentos de manutenção dos maquinários locados, serão integralmente sem ônus à Contratante.

2.8. Caso não se efetive o reparo, a Contratada deverá comunicar à Contratante a impossibilidade, do reparo ou conserto, em até o prazo de 24 horas, através de laudo de manutenção, para substituição do equipamento.

2.9. A Contratada se responsabilizará integralmente pela substituição do maquinário no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do atestamento do laudo de manutenção, pelo gestor do contrato, da comunicação, por parte da Contratada para a Contratante, pela impossibilidade de reparo, ficando esta, a Contratada, caso não execute a reposição, sujeita a penalidades.

2.10. Na hipótese de utilização de maquinário reserva, este não poderá possuir características técnicas inferiores às estabelecidas no contrato.

2.11. No 5º (quinto) dia útil de cada mês, deverá ocorrer a manutenção preventiva e corretiva, sendo que, após a execução do serviço, a Contratada deverá efetuar a limpeza completa dos maquinários, lubrificações, reparos e posteriormente emitir relatório(s) de inspeção(ões) realizado(s) pela manutenção. Este relatório deve ser assinado e entregue ao responsável da GELOG, que acompanhou tal atividade.



- 2.12. As operações de entrega e retirada dos maquinários serão efetuadas pela Contratada nas dependências da Gerência de Logística, Apoio à Rede e Almoxarifado – GELOG/ SMSA, conforme informações no item 2.1.1.
- 2.13 O carregamento das empilhadeiras locadas será de responsabilidade da Contratada. Esta deverá disponibilizar baterias para recarga e carregador, tanto quanto necessário, com vistas ao cumprimento da autonomia solicitada para cada empilhadeira.
- 2.14. A Contratada deverá treinar os funcionários indicados pela GELOG-SA, habilitando-os para operação, condução e utilização dos maquinários, bem como fornecer, para arquivo interno, manuais de operação em português relativos aos equipamentos.
- 2.15 O treinamento deverá ser ministrado em turma única, para 5 (cinco) pessoas, com carga horária não inferior a 4 (quatro) horas, nas dependências do Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde (GELOG-SA), em até 5 dias corridos após a entrega dos equipamentos.
- 2.16. O treinamento deverá ser agendado com a GELOG-SA em até 5 (cinco) dias corridos após a assinatura do contrato.

3. DEFINIÇÃO DE MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO PARA PALETEIRA:

3.1. Local de Execução.

- 3.1.1. As paleteiras e a prestação de serviços deverão ser executados na Gerência de Logística, Apoio à Rede e Almoxarifado – GELOG/ SMSA, situado à Rua Piraquara, nº 325, Vila Oeste, Belo Horizonte/MG, no dia e horário agendados com o gestor ou fiscal do contrato, tendo em vista a necessidade de vistoria por parte da GELOG-SA. Este agendamento será realizado por e-mail almox.smsa@pbh.gov.br ou telefone. Tel: (31) 3246-2131 e (31) 3277- 5997.

3.2. Prazo de Execução

- 3.2.1. A Contratada deverá iniciar a execução de entrega do(s) maquinário(s) locado(s) em até **05(cinco) dias corridos** contados a partir da assinatura do contrato.
- 3.3. Os equipamentos deverão ser disponibilizados em conformidade com os termos estabelecidos na Norma Regulamentadora nº 11 do Ministério do Trabalho e Emprego.
- 3.4. Os equipamentos deverão atender às especificações contidas neste instrumento, em perfeitas condições de utilização, conservação, trafegabilidade, funcionamento e segurança.
- 3.5. Uma vez comunicada pela Contratante, a Contratada terá até 24 (vinte e quatro) horas de prazo para a realização do conserto.
- 3.6. Todos e quaisquer custos associados a peças de reposição, bem como aqueles relacionados à mão de obra, que surgirem durante os procedimentos de manutenção dos equipamentos locados, serão integralmente sem ônus à Contratante.



- 3.7. Caso não se efetive o reparo, a Contratada deverá comunicar à Contratante a impossibilidade, do reparo ou conserto, em até o prazo de 24 horas, através de laudo de manutenção, para substituição do equipamento.
- 3.8. A Contratada se responsabilizará integralmente pela substituição do equipamento no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do atestamento do laudo de manutenção, pelo gestor do contrato, da comunicação, por parte da Contratada para a contratante, pela impossibilidade de reparo, ficando esta, a Contratada, caso não execute a reposição, sujeita a penalidades.
- 3.9. Na hipótese de utilização de equipamento reserva, este não poderá possuir características técnicas inferiores às estabelecidas no contrato
- 3.10. No **5º (quinto) dia útil** de cada mês, deverá ocorrer a manutenção preventiva e corretiva, sendo que, após a execução do serviço, a Contratada deverá efetuar a limpeza completa dos equipamentos, lubrificações, reparos e posteriormente emitir relatório(s) de inspeção(ões) realizado(s) pela manutenção. Este relatório deve ser assinado e entregue ao responsável da GELOG, que acompanhou tal atividade.
- 3.11. As operações de entrega e retirada dos equipamentos serão efetuadas pela CONTRATADA nas dependências da Gerência de Logística, Apoio à Rede e Almoxarifado - GELOG/SMSA, conforme informações no item 3.1.1.



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Endereço eletrônico (e-mail) para contato:

Objeto:

Validade da proposta: 90 (noventa) dias.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante



ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Endereço eletrônico (e-mail) para contato:

Objeto:

Validade da proposta: 90 (noventa) dias.

LOTE Nº

LOTE	SICAM	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. EQPTOS	VALOR MENSAL	VALOR GLOBAL
1	0359	1		2		
	0360	2		10		
VALOR GLOBAL DO LOTE:			 reais e centavos.		

- a) Em atendimento ao disposto no art. 4º do Decreto Municipal 11.245/03, solicito o cadastramento da empresa junto ao SUCAF.

_____, __ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

A empresa com sede na nº Bairro , cidade de, inscrita no CNPJ nºpor intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) , portador (a) Carteira de Identidade R.G. nº..... e do CPF nº DECLARA, sob as penas da lei, em cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição da República/88, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante



ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR
123/2006**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Declaramos, sob as penas da lei, que a licitante _____ é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, na condição de _____ considerando os valores da receita bruta e o atendimento aos requisitos previstos na Lei supracitada.

Atestamos para os devidos fins, que a licitante não se encontra enquadrada em nenhuma das hipóteses, que veda a concessão do tratamento jurídico diferenciado, previstas nos incisos I a XI do § 4º do art. 3º da Lei nº 123/2006:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações.
- k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

Possuímos ciência da nossa obrigação de comunicar ao Município de Belo Horizonte quaisquer fatos supervenientes que alterem a situação de nossa empresa.

_____, ___ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO LICITANTE] (doravante denominado [Licitante]), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta foi elaborada de maneira independente e que seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante do Município antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DA LEI ORGÂNICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Declaro, para os devidos fins, que os trabalhadores da _____ (Razão Social do Licitante) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no _____ (endereço completo) _____, envolvidos na execução do objeto da licitação mencionada acima não incorrem nas proibições previstas no artigo 49-B da Lei Orgânica deste Município, in verbis:

Art. 49-B - Não poderão prestar serviço a órgãos e entidades do Município os trabalhadores das empresas contratadas declarados inelegíveis em resultado de decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado relativa a, pelo menos, uma das seguintes situações:

Art. 49-B acrescentado pela Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 14/09/2011 (Art. 2º)

I - representação contra sua pessoa julgada procedente pela Justiça Eleitoral em processo de abuso do poder econômico ou político;

II - condenação por crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública ou o patrimônio público.

Parágrafo único - Ficam as empresas a que se refere o caput deste artigo obrigadas a apresentar ao contratante, antes do início da execução do contrato, declaração de que os trabalhadores que prestarão serviço ao Município não incorrem nas proibições de que trata este artigo. (NR)

_____, __ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da adjudicatária



ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

Contrato de prestação de serviços que entre
si celebram o Município de Belo Horizonte
e a empresa

O Município de Belo Horizonte, CNPJ 18.715.383/0001-40, neste ato representado pelo(a) **Secretário (a) Municipal**, doravante denominado Contratante e a empresa, estabelecida, CNPJ, representada por....., neste ato denominada Contratada, celebram o presente contrato, decorrente do pregão eletrônico nº, processo administrativo, e em conformidade com os Decretos Municipais nº 12.436/06, nº 17.317/2020 e nº 15.113/13 e com as Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviço referente a **locação de 02 (duas) empilhadeiras elétricas e 10 (dez) paleteiras manuais, incluso os serviços de manutenção, fornecimento de peças, componentes e suprimentos**, conforme anexo(s) deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA(S) DOTAÇÃO(ÇÕES) ORÇAMENTÁRIA(S)

As despesas decorrentes da execução do presente contrato serão acobertadas pela (s) seguinte (s) dotação (ções) orçamentária (s):

2302.3401.10.302.114.2891.0001.339039.17.03.50.1.41

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

O presente contrato tem o valor de R\$

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

- 4.1. O presente contrato terá vigência de (12.) meses, contada a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado em conformidade com os termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
- 4.2. A prorrogação a que se refere o subitem anterior será realizada mediante termo aditivo.
- 4.3. Ocorrendo prorrogação, serão mantidas as condições do contrato inicial e observada a legislação em vigor.

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

- 5.1. O contrato, se necessário, será reajustado mediante iniciativa da Contratada, desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da data limite para apresentação da



proposta ou do último reajuste, tendo como base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE).

5.2. Os efeitos financeiros do reajuste serão devidos a partir da solicitação da Contratada.

CLÁUSULA SEXTA: DO ADITAMENTO DOS SERVIÇOS E PREÇOS

6.1. Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos contratos, que implique custos adicionais, ou alteração conceitual dos projetos.

6.2. Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços.

6.3. Não constitui alteração contratual vedada o reajuste de preços previsto contratualmente.

6.4. Excetuam-se da regra o ato autorizativo exarado, prévia e expressamente pelo titular da Secretaria ou da Entidade em cuja dotação orçamentária a despesa ocorrerá, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Efetuar a prestação dos serviços conforme fixado no Anexo I deste contrato.

7.2. Cumprir rigorosamente os prazos pactuados.

7.3. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante quanto à prestação do serviço.

7.4. Garantir a boa qualidade do serviço prestado.

7.5. Dar ciência, imediatamente e por escrito, do recebimento das Notas de Empenho ou outros instrumentos hábeis enviados pelo CONTRATANTE.

7.6. Atender, no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, a convocação para retirada da(s) Nota(s) de Empenho.

7.7. Executar o(s) serviço(s) no prazo, local e condições estabelecidos, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes deste instrumento.

7.8. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução do serviço, nos termos deste instrumento e da legislação aplicável.

7.9. Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.

7.10. Apresentar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas.

7.11. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do serviço.



- 7.12. Arcar com todas as despesas pertinentes ao serviço contratado, tais como tributos e demais encargos.
- 7.13. Responder, integralmente, pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes da contratação, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato da execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do CONTRATANTE.
- 7.14. Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.
- 7.15. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.
- 7.16. Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis.
- 7.17. Ministrando treinamento aos servidores, indicados pelo Contratante, quanto aos procedimentos para operação do(s) equipamento(s), conforme Anexo I deste Contrato.
- 7.18. Manter sede para execução dos serviços no Município de Belo Horizonte, com infraestrutura necessária para a prestação dos serviços de assistência técnica.
- 7.19. Apresentar mensalmente, no último dia do mês corrente, a Nota Fiscal/Fatura referente a(s) locação(ões) e serviços prestados, junto à Gerência de Logística, Apoio à Rede e Almoxarifado - GELOG. da Secretaria Municipal de Saúde.
- 7.20. Credenciar perante o Contratante, mediante documento, um funcionário da empresa para gerenciar a prestação dos serviços contratados, bem como submeter previamente a relação com os nomes dos técnicos habilitados para os serviços de manutenção contratados, conforme Anexo I deste Contrato
- 7.20.1. Toda substituição dos técnicos responsáveis deverá também ser submetida à aprovação do Contratante no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas da decisão da substituição.
- 7.21. Diligenciar no sentido de que seus técnicos mantenham-se, nas dependências do Contratante, devidamente trajados e identificados por crachás, observando todas as normas internas de segurança do Contratante.
- 7.22. Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à prestação deste serviço.



CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. Notificar a CONTRATADA, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do serviço.
- 8.2. Solicitar, acompanhar e fiscalizar a execução do(s) serviço(s), assim como se responsabilizar pelo pedido dentro dos quantitativos fixados.
- 8.3. Zelar pelo cumprimento dos atos relativos às obrigações que assumir contratualmente, bem como pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do contrato em que figure como parte.
- 8.4. Fiscalizar as condições de habilitação e qualificações do Fornecedor, exigidas no edital, durante toda a execução do fornecimento, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei 8.666/93 e do Decreto 15.185/2013
- 8.3. Prestar todas as informações necessárias com clareza à Contratada para a execução dos serviços contratados.
- 8.4. Pagar no vencimento as faturas apresentadas pela Contratada.

CLÁUSULA NONA DO PRAZO DE EXECUÇÃO

- 9.1. O prazo máximo de execução do(s) serviço(s) será de até **05 (cinco) dias corridos**, contados a partir da assinatura do contrato e após o recebimento da Ordem de Serviço.
- 9.2. Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de execução, o fornecedor poderá solicitar prorrogação da execução, ficando a cargo da área demandante aceitar a solicitação, desde que não haja prejuízo da rede.
- 9.3. As demais especificações de execução estão disponibilizadas no Anexo I – Projeto Básico.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO LOCAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

- 10.1. O local da execução do serviço será na Gerência de Logística, Apoio à Rede e Almoxarifado – GELOG/ SMSA, situado à Rua Piraquara, nº 325, Vila Oeste, Belo Horizonte/MG, no dia e horário agendados com o gestor ou fiscal do contrato, tendo em vista a necessidade de vistoria por parte da GELOG-SA. Este agendamento será realizado por e-mail almox.smsa@pbh.gov.br ou telefone - Tel: (31) 3246-2131 e (31) 3277- 5997.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 11.1. Os documentos fiscais deverão ser atestados pelo servidor ou comissão responsável pelo recebimento do(s) serviço(s), após a execução definitivo do(s) mesmo(s).
- 11.2. O pagamento será realizado pela Gerência de Orçamento e Finanças ou equivalente do Órgão recebedor, em até 30 (trinta) dias contados da entrega e apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo Órgão Recebedor.
- 11.3. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar o serviço, modelo (se houver) e o quantitativo efetivamente executado.



- 11.4. Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação devidamente regularizada.
- 11.5. Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação devidamente regularizada.
- 11.6. A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Fornecedor, sujeitando-o às seguintes penalidades:

12.1.1. Advertência.

12.1.2. Multas nos seguintes percentuais:

- a) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução do serviço, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
- b) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho ou outro instrumento hábil em caso de recusa do infrator em aceitá-la(o) ou retirá-la(o);
- c) multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;
- d) multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas;
- e) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou da contratação direta na hipótese de o infrator executar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- f) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato quando o infrator der causa ao cancelamento do contrato;
- g) multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar o cancelamento do contrato e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados ou registrados.



- 12.1.3. Impedimento de licitar e contratar, com o conseqüente descredenciamento do SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02.
- 12.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Belo Horizonte, nos termos do art. 87, IV da Lei 8.666/93.
- 12.2. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pela Diretoria de Logística da Secretaria Municipal de Saúde.
- 12.2.1. Nos casos previstos pela legislação, as multas poderão ser descontadas do pagamento imediatamente subsequente à sua aplicação.
- 12.3. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Secretário Municipal Adjunto de Saúde.
- 12.4. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada pelo Secretário Municipal de Saúde.
- 12.5. Na notificação de aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 12.6. Na notificação de aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 12.7. No caso de aplicação das penalidades previstas será concedido prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de recurso.
- 12.8. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto e não exime a Contratada da plena execução do objeto contratado.
- 12.8.1. Na hipótese de cumulação a que se refere o subitem acima serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.
- 12.9. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.
- 12.10. Poderá, ainda, ser objeto de apuração e processo administrativo a prática considerada abusiva, inclusive aquela caracterizada por proposta com preço manifestadamente majorado ou inexequível.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA EXTINÇÃO/RESCISÃO

- 13.1. O presente contrato extinguir-se-á ao seu término, sem necessidade de qualquer notificação ou interpelação ou judicial ou extrajudicial, podendo, no entanto, ser rescindido a qualquer tempo.
- 13.2. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas na legislação, desde que formalmente motivado nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, bem como nas hipóteses de a Contratada:
- 13.2.1. infringir quaisquer das cláusulas ou condições do presente contrato;
 - 13.2.2. entrar em regime de falência, dissolver-se ou extinguir-se;
 - 13.2.3. transferir ou ceder o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte;
 - 13.2.4. recusar-se a receber qualquer ordem ou instrução para melhor execução deste contrato, insistindo em fazê-lo com imperícia ou desleixo;
 - 13.2.5. deixar de executar o serviço, abandonando-o ou suspendendo-o por mais de 2 (dois) dias seguidos, salvo por motivo de força maior, desde que haja comunicação prévia e imediata ao Contratante;
 - 13.2.6. deixar de comprovar o regular cumprimento de suas obrigações trabalhistas, tributárias e sociais;
 - 13.2.7. ser declarada inidônea e/ou suspensa e/ou impedida do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;
 - 13.2.8. subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada.
 - 13.2.9. associar-se com outrem, bem como realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do Contratante.
 - 13.2.10. nos casos em que a CONTRATADA estiver envolvida em casos de corrupção, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 13.3. A rescisão do contrato poderá ser:
- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados no subitem anterior;
 - II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
 - III - judicial, nos termos da legislação;



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICO

14.1. Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do Contratante, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização à Contratada, a não ser em caso de dano efetivo disso resultante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

15.1. O Contratado obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

15.2. O Contratado obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

15.3. O Contratado deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

15.4. O Contratado não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

15.5. O Contratado não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

15.5.1. O Contratado obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

15.6. O Contratado fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

15.6.1. Ao Contratado não será permitido deter cópias ou *backups*, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.



- 15.6.1.1. O Contratado deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.
- 15.7. O Contratado deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 15.7.1. A notificação não eximirá o Contratado das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 15.7.2. O Contratado que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.
- 15.8. O Contratado fica obrigado a manter preposto para comunicação com Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.
- 15.9. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre o Contratado e a Contratante, bem como, entre o Contratado e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.
- 15.10. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará o Contratado a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, conseqüente, sanção, sem prejuízo de outras penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto nos §§1º e 2º, art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 16.2. A tolerância do Contratante com qualquer atraso ou inadimplência por parte da Contratada, não importará de forma alguma em alteração ou novação.
- 16.3. A Contratada não poderá caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DOS ANEXOS

- 17.1. Vincula-se ao presente contrato o instrumento convocatório, bem como a proposta da Contratada, nos termos do art. 55, XI, da Lei nº 8.666/93 e são anexos ao presente instrumento e dele fazem parte integrante:

1. Anexo I – Projeto Básico;



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO

18.1. A publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial do Município – DOM, correrá por conta e ônus do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida ou pendência oriunda do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Belo Horizonte

.....
Secretário(a) Municipal de

.....
Representante da Empresa

**ANEXO I****PROJETO BÁSICO****1. ESPECIFICAÇÃO:**

1.1. Contratação de empresa para a locação de 2 (duas) Empilhadeiras elétricas e 10 (dez) Paleteiras manuais, para um período de 12 meses, estando inclusos os serviços de manutenção e, inclusive, o fornecimento de peças, componentes e suprimentos necessários para seu funcionamento.

SICAM	DESCRIÇÃO	CARACTERÍSTICAS	UNID.	QUANT. TOTAL.
0359	LOCAÇÃO DE EMPILHADEIRA ELÉTRICA, RETRÁTIL, OPERADOR SENTADO A BORDO, COM RODAS. INCLUSOS: BATERIAS E CARREGADORES.	Capacidade de carga de no mínimo 1.600 kg	UNID.	2
		Altura de elevação do garfo de no mínimo 5.50 metros.		
		Altura total, com mastro abaixado com altura de no máximo de 2.90 metros.		
		Corredor operacional de no máximo 2.80 metros		
		Autonomia mínima de baterias de 8 hs/dia.		
0360	LOCAÇÃO DE PALETEIRAS MANUAIS, RODAS NYLON/POLIURETANO, RODA DE CARGA SIMPLES OU TANDEM	Capacidade de carga mínima de 2.500kg	UNID.	10
		Comprimento útil do garfo entre 1150 a 1220 mm		
		Largura externa do Garfo de 680 mm		
		Comprimento total mínimo de 1533 mm		
		Altura do garfo elevado mínima de 185 mm.		
		Altura do garfo abaixado mínima de 75 mm.		

2. DEFINIÇÃO DE MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO PARA EMPILHADEIRA:

2.1. Local de Execução.

2.1.1. Os maquinários e a prestação de serviços deverão ser executados na Gerência de Logística, Apoio à Rede e Almoxarifado – GELOG/ SMSA, situado à Rua Piraquara, nº 325, Vila Oeste, Belo Horizonte/MG, no dia e horário agendados com o gestor ou fiscal do contrato, tendo em vista a necessidade de vistoria por parte da GELOG-SA. Este agendamento será realizado por e-mail almox.smsa@pbh.gov.br ou telefone - Tel: (31) 3246-2131 e (31) 3277- 5997.

2.2. Prazo de Execução

2.2.1. A Contratada deverá iniciar a execução de entrega do(s) maquinário(s) locado(s) em até **05(cinco) dias corridos** contados a partir da assinatura do contrato.

2.3. Os maquinários deverão ser disponibilizados em conformidade com os termos estabelecidos na Norma Regulamentadora nº. 11 do Ministério do Trabalho e Emprego.

2.4. Os maquinários deverão atender às especificações contidas neste instrumento, em perfeitas condições de utilização, conservação, trafegabilidade, funcionamento e segurança.

2.5. O tempo de uso dos veículos deverá ser de no máximo **10.000 (dez mil) horas** durante a vigência contratual e assim que o(s) maquinário(s) alcançar(em) essas horas, deverá(ão) ser substituído(s) em até 1 (um) dia útil, após recebimento do Comunicado por parte da GELOG.

2.6. Uma vez comunicada pela Contratante, a Contratada terá até 24 (vinte e quatro) horas de prazo para a realização do conserto.

2.7. Todos e quaisquer custos associados a peças de reposição, bem como aqueles relacionados à mão de obra, que surgirem durante os procedimentos de manutenção dos maquinários locados, serão integralmente sem ônus à Contratante.

2.8. Caso não se efetive o reparo, a Contratada deverá comunicar à Contratante a impossibilidade, do reparo ou conserto, em até o prazo de 24 horas, através de laudo de manutenção, para substituição do equipamento.

2.9. A Contratada se responsabilizará integralmente pela substituição do maquinário no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do atestamento do laudo de manutenção, pelo gestor do contrato, da comunicação, por parte da Contratada para a Contratante, pela impossibilidade de reparo, ficando esta, a Contratada, caso não execute a reposição, sujeita a penalidades.

2.10. Na hipótese de utilização de maquinário reserva, este não poderá possuir características técnicas inferiores às estabelecidas no contrato.

2.11. No 5º (quinto) dia útil de cada mês, deverá ocorrer a manutenção preventiva e corretiva, sendo que, após a execução do serviço, a Contratada deverá efetuar a limpeza completa dos maquinários, lubrificações, reparos e posteriormente emitir relatório(s) de inspeção(ões)



realizado(s) pela manutenção. Este relatório deve ser assinado e entregue ao responsável da GELOG, que acompanhou tal atividade.

- 2.12. As operações de entrega e retirada dos maquinários serão efetuadas pela Contratada nas dependências da Gerência de Logística, Apoio à Rede e Almoxarifado – GELOG/ SMSA, conforme informações no item 2.1.1.
- 2.13 O carregamento das empilhadeiras locadas será de responsabilidade da Contratada. Esta deverá disponibilizar baterias para recarga e carregador, tanto quanto necessário, com vistas ao cumprimento da autonomia solicitada para cada empilhadeira.
- 2.14. A Contratada deverá treinar os funcionários indicados pela GELOG-SA, habilitando-os para operação, condução e utilização dos maquinários, bem como fornecer, para arquivo interno, manuais de operação em português relativos aos equipamentos.
- 2.15 O treinamento deverá ser ministrado em turma única, para 5 (cinco) pessoas, com carga horária não inferior a 4 (quatro) horas, nas dependências do Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde (GELOG-SA), em até 5 dias corridos após a entrega dos equipamentos.
- 2.16. O treinamento deverá ser agendado com a GELOG-SA em até 5 (cinco) dias corridos após a assinatura do contrato.

3. DEFINIÇÃO DE MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO PARA PALETEIRA:

3.1. Local de Execução.

3.1.1. As paleteiras e a prestação de serviços deverão ser executados na Gerência de Logística, Apoio à Rede e Almoxarifado – GELOG/ SMSA, situado à Rua Piraquara, nº 325, Vila Oeste, Belo Horizonte/MG, no dia e horário agendados com o gestor ou fiscal do contrato, tendo em vista a necessidade de vistoria por parte da GELOG-SA. Este agendamento será realizado por e-mail almox.smsa@pbh.gov.br ou telefone. Tel: (31) 3246-2131 e (31) 3277- 5997.

3.2. Prazo de Execução

3.2.1. A Contratada deverá iniciar a execução de entrega do(s) maquinário(s) locado(s) em até **05(cinco) dias corridos** contados a partir da assinatura do contrato.

3.3. Os equipamentos deverão ser disponibilizados em conformidade com os termos estabelecidos na Norma Regulamentadora nº 11 do Ministério do Trabalho e Emprego.

3.4. Os equipamentos deverão atender às especificações contidas neste instrumento, em perfeitas condições de utilização, conservação, trafegabilidade, funcionamento e segurança.

3.5. Uma vez comunicada pela Contratante, a Contratada terá até 24 (vinte e quatro) horas de prazo para a realização do conserto.

3.6. Todos e quaisquer custos associados a peças de reposição, bem como aqueles relacionados à mão de obra, que surgirem durante os procedimentos de manutenção dos equipamentos locados, serão integralmente sem ônus à Contratante.



- 3.7. Caso não se efetive o reparo, a Contratada deverá comunicar à Contratante a impossibilidade, do reparo ou conserto, em até o prazo de 24 horas, através de laudo de manutenção, para substituição do equipamento.
- 3.8. A Contratada se responsabilizará integralmente pela substituição do equipamento no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do atestamento do laudo de manutenção, pelo gestor do contrato, da comunicação, por parte da Contratada para a contratante, pela impossibilidade de reparo, ficando esta, a Contratada, caso não execute a reposição, sujeita a penalidades.
- 3.9. Na hipótese de utilização de equipamento reserva, este não poderá possuir características técnicas inferiores às estabelecidas no contrato
- 3.10. No **5º (quinto) dia útil** de cada mês, deverá ocorrer a manutenção preventiva e corretiva, sendo que, após a execução do serviço, a Contratada deverá efetuar a limpeza completa dos equipamentos, lubrificações, reparos e posteriormente emitir relatório(s) de inspeção(ões) realizado(s) pela manutenção. Este relatório deve ser assinado e entregue ao responsável da GELOG, que acompanhou tal atividade.
- 3.11. As operações de entrega e retirada dos equipamentos serão efetuadas pela CONTRATADA nas dependências da Gerência de Logística, Apoio à Rede e Almoxarifado - GELOG/SMSA, conforme informações no item 3.1.1.



ANEXO XIX
TERMO DE REFERÊNCIA

1. UNIDADE REQUISITANTE:

1.1. Gerência de Logística, Apoio à Rede e Almoxarifado – GELOG/ SMSA

2. RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO:

2.1. Roberto Benedito Filho – Técnico Operacional I – Mat. 7063

3. DATA:

3.1. 15/07/2020

4. OBJETO:

4.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para prestação de serviço de locação de 2 (duas) Empilhadeiras elétricas e 10 (dez) Paleteiras manuais, para um período de 12 meses, estando inclusos os serviços de manutenção e, inclusive, o fornecimento de peças, componentes e suprimentos necessários para seu funcionamento.

SICAM	DESCRIÇÃO	CARACTERÍSTICAS	UNID.	QUANT. TOTAL.
0359	LOCAÇÃO DE EMPILHADEIRA ELÉTRICA, RETRÁTIL, OPERADOR SENTADO A BORDO, COM RODAS. INCLUSOS: BATERIAS E CARREGADORES.	Capacidade de carga de no mínimo 1.600 kg	UNID.	2
		Altura de elevação do garfo de no mínimo 5.50 metros.		
		Altura total, com mastro abaixado com altura de no máximo de 2.90 metros.		
		Corredor operacional de no máximo 2.80 metros		
		Autonomia mínima de baterias de 8 hs/dia.		
0360	LOCAÇÃO DE PALETEIRAS MANUAIS, RODAS NYLON/POLIURETANO, RODA DE CARGA SIMPLES OU TANDEM	Capacidade de carga mínima de 2.500kg	UNID.	10
		Comprimento útil do garfo entre 1150 a 1220 mm		
		Largura externa do Garfo de 680 mm		
		Comprimento total mínimo de 1533 mm		
		Altura do garfo elevado mínima de 185 mm.		
		Altura do garfo abaixado mínima de 75 mm.		



5. JUSTIFICATIVA:

5.1. As Empilhadeiras e Paleteiras são equipamentos que auxiliam no recebimento e movimentação de objetos dentro das dependências do Almoxarifado Central da SMSA, tais como: medicamentos, higiene pessoal, dietas, materiais, insumos e equipamentos de médico-hospitalar, laboratório, odontologia, zoonoses e higiene pessoal.

5.2. A não realização dessa prestação de serviço, acarretará prejuízo à logística e ao abastecimento de insumos às Unidades Municipais de Saúde de Belo Horizonte, haja vista, que algumas razões observadas, levaram a menor produtividade em relação ao manuseio e organização dos materiais paletizados.

Sem a contratação desses equipamentos para cumprir tais funções, impossibilita a realização das atividades de forma suave, com manobras fáceis, sem gerar grande esforço e proporcionando maior agilidade na execução das tarefas, tendo em vista, que a Gerência de Logística, Apoio a Rede e Almoxarifado - GELOG-SA, atende mais de 300 Unidades de Saúde no Município de Belo Horizonte.

5.3. Os equipamentos utilizados hoje no almoxarifado da SMSA estão obsoletos, com o prazo de depreciação ultrapassados e necessitando com frequência de manutenções para garantir a integridade física dos servidores que prestam o serviço. Ressaltamos ainda que não foi utilizado na Gerência de Logística o contrato de locação de empilhadeiras e paleteiras sem o uso de equipamentos patrimoniados da PBH.

6. MODALIDADE:

6.1. Pregão Eletrônico

7. TIPO:

7.1. Menor preço por lote

8. VALOR ESTIMADO DA AQUISIÇÃO:

8.1. A pesquisa de mercado realizada pela Gerência de Compras (GCOMP) apontou, nos termos das especificações e necessidades da SMSA, o valor estimado de:

Valor estimado para a SMSA: **R\$ 116.726,40**

Responsável pela apuração/BM: Ana Paula Reis – PR 011533

Data: 09/07/2020

9. DOTAÇÃO(ÇÕES) ORÇAMENTÁRIA(S):

9.1. As despesas decorrentes da presente aquisição serão acobertadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

2302.3401.10.302.114.2891.0001.339039.17.03.50.1.41

10. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:

10.1. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados, concomitante com a proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até data e o horário marcados para a abertura da sessão pública.

10.2. Para habilitação dos licitantes será exigida a documentação relacionada a seguir:

10.2.1. Habilitação Jurídica conforme art. 28 da Lei 8.666/93:

10.2.1.1.Registro comercial, no caso de empresa individual;

10.2.1.2.Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores reconhecido nacionalmente (CNH, Carteira de Identidade, Registro Profissional ou outro), em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

10.2.1.3.Inscrição do ato constitutivo e alterações subsequentes no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

10.2.1.4.Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Observação: Para todos os efeitos, considera-se como ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, o documento de constituição da empresa, acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) referente(s) à natureza da atividade comercial e à administração da empresa, ou a última alteração consolidada.

10.2.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista conforme art. 29 da Lei 8.666/93

10.2.2.1.Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.2.2.2.Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede solicitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.2.2.3.Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do interessado, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.2.2.4.Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

10.2.2.5.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943.



10.2.3. Qualificação Técnica:

10.2.3.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante fornece ou forneceu bens de natureza compatível com o(s) objeto(s) do(s) lote(s) arrematado(s)

- a) O(s) atestado(s) deverá(ão) ser emitido(s) em papel(eis) timbrado(s) do(s) Órgão(s) ou da(s) Empresa(s) que o expediu(ram), ou deverá(ão) conter o carimbo do CNPJ do(s) mesmo(s) ou outra informação que permita a devida identificação do emitente.
- b) O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da empresa, com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) do licitante.
- c) Não será(ão) aceito(s) atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) pelo próprio licitante.

10.2.4. Qualificação Econômico-Financeira conforme art. 31 da Lei 8.666/93:

10.2.4.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta;

10.2.4.2. Balanço Patrimonial e Demonstração Contábil do Resultado do Último Exercício Social já exigíveis e apresentados na forma da lei, que demonstrem a situação financeira do licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, devendo ser observados os subitens abaixo para o devido enquadramento.

10.2.4.2.1. Serão considerados, “na forma da lei”, o Balanço Patrimonial e a Demonstração Contábil do Resultado do Último Exercício Social, assim apresentados:

- e. publicados em Diário Oficial; ou
- f. publicados em Jornal; ou
- g. por fotocópia do livro Diário, devidamente registrado/autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou registrado no órgão de registro equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento; ou
- h. na forma de escrituração contábil digital (ECD) instituída pela Instrução Normativa da RFB nº 1.420 de 19/12/2013 e suas alterações.

10.2.4.2.2. As empresas com menos de um ano de existência, desde que não enquadradas no art. 1.065 do Código Civil, devem apresentar Balanço de Abertura devidamente registrado/autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou registrado no órgão de registro equivalente.



10.2.4.2.3. O Balanço Patrimonial (inclusive o Balanço de Abertura) e a Demonstração Contábil do Resultado do Último Exercício Social deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade.

10.2.4.2.4. É dispensada a exigência do item “10.2.4.2” para o Microempreendedor Individual – MEI, que está prescindido da elaboração do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis na forma do §2º do art. 1.179 do Código Civil Brasileiro;

10.2.4.2.1. O licitante enquadrado como microempresa e empresa de pequeno porte estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, nos termos do art. 3º do Decreto nº 16.535/2016.

10.2.4.3. Cálculo dos índices de Solvência Geral (SG), Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, sendo considerado habilitado o licitante que apresentar resultado igual ou maior que 1 (um), em todos os índices aqui mencionados:

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- c. O licitante que apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer dos índices referidos no subitem acima deverá comprovar patrimônio líquido ou capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor da proposta.
- d. Reserva-se ao pregoeiro o direito de efetuar os cálculos, caso o memorial dos cálculos dos índices não seja apresentado.

10.2.5. Declarações:

10.2.5.1. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República.

10.3. Os documentos relacionados no subitem 10.2, poderão ser substituídos pelos cadastros abaixo:

- a. Relatório da Situação do Fornecedor se cadastrado no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município – **SUCAF**, e/ou;
- b. Certificado de Registro Cadastral - CRC se cadastrado no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF do Governo de Minas Gerais, e/ou;
- c. Certificado de Registro Cadastral - CRC se cadastrado no SICAF do Governo Federal.



10.3.1. Caso o Licitante não esteja habilitado na (s) linha (s) de fornecimento compatível (véis) com o (s) objeto (s) licitado(s), deverá encaminhar concomitantemente com a proposta, o Estatuto ou Contrato social em vigor acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) ou a última alteração consolidada, para análise do objeto social quanto à compatibilidade em relação ao(s) objeto(s) licitado(s).

10.3.2. Caso não conste nos referidos cadastros quaisquer documentos exigidos no subitem 10.2. o licitante deverá encaminhá-los concomitantemente com a proposta, devendo estar os mesmos em vigor na data da abertura das propostas.

10.3.3. Caso os documentos constantes nos mencionados cadastros estejam com os prazos de validade vencidos, deverão ser anexados novos documentos, em vigor na data da abertura das propostas.

10.4. Os licitantes que utilizarem os cadastros relacionados no subitem 10.3 deverão apresentar a documentação solicitada no subitem 10.2.4 para fins de Qualificação Técnica.

11. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

11.1. Critério de julgamento: menor preço por lote.

11.2. A proposta de preços deverá conter:

11.2.1. A razão social, nº do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico do licitante;

11.2.2. A modalidade e o número da licitação;

11.2.3. Descrição sucinta da prestação do serviço conforme especificações do item 4.1

11.2.4. o valor global do lote, discriminando o preço unitário e total do(s) serviço(s) que o compõe:

11.2.5. validade da proposta de 90 (noventa) dias, contados da assinatura;

11.3. Os preços ofertados devem ter como referência os praticados no mercado para pagamento em até 30 (trinta) dias e devem cobrir todas as despesas inerentes ao fornecimento dos itens, tributos, encargos, custos financeiros e demais ônus que porventura possam incidir sobre a aquisição.

12. PRAZO DE EXECUÇÃO:

12.1. O prazo máximo de execução do(s) serviço(s) será de até **05 (cinco) dias corridos**, contados a partir da assinatura do contrato e após o recebimento da Ordem de Serviço.

12.2. Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de execução, o fornecedor poderá solicitar prorrogação da execução, ficando a cargo da área demandante aceitar a solicitação, desde que não haja prejuízo da rede.

12.3. As demais especificações de execução estão disponibilizadas no Anexo I – Projeto Básico.



13. LOCAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

13.1. O local da execução do serviço será na Gerência de Logística, Apoio à Rede e Almoxarifado – GELOG/ SMSA, situado à Rua Piraquara, nº 325, Vila Oeste, Belo Horizonte/MG, no dia e horário agendados com o gestor ou fiscal do contrato, tendo em vista a necessidade de vistoria por parte da GELOG-SA. Este agendamento será realizado por e-mail almox.smsa@pbh.gov.br ou telefone - Tel: (31) 3246-2131 e (31) 3277- 5997.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

14.1. Os documentos fiscais deverão ser atestados pelo servidor ou comissão responsável pelo recebimento do(s) serviço(s), após a execução definitivo do(s) mesmo(s).

14.2. O pagamento será realizado pela Gerência de Orçamento e Finanças ou equivalente do Órgão receptor, em até 30 (trinta) dias contados da entrega e apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo Órgão Receptor.

14.3. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar o serviço, modelo (se houver) e o quantitativo efetivamente executado.

14.4. Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação devidamente regularizada.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

15.1. Dar ciência, imediatamente e por escrito, do recebimento das Notas de Empenho ou outros instrumentos hábeis enviados pelo CONTRATANTE.

15.2. Atender, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, as convocações para retirada da(s) Nota(s) de Empenho ou de outro instrumento hábil.

15.3. Executar o(s) serviço(s) no prazo, local e condições estabelecidos, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes deste instrumento.

15.4. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução do serviço, nos termos deste instrumento e da legislação aplicável.

15.5. Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.

15.6. Apresentar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas.

15.7. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do serviço.

15.8. Arcar com todas as despesas pertinentes ao serviço contratado, tais como tributos e demais encargos.



- 15.9. Responder, integralmente, pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes da contratação, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato da execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do CONTRATANTE.
- 15.10. Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

16. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 16.1. Notificar a CONTRATADA, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do serviço.
- 16.2. Solicitar, acompanhar e fiscalizar a execução do(s) serviço(s), assim como se responsabilizar pelo pedido dentro dos quantitativos fixados.
- 16.3. Zelar pelo cumprimento dos atos relativos às obrigações que assumir contratualmente, bem como pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do contrato em que figure como parte.
- 16.4. Fiscalizar as condições de habilitação e qualificações do Fornecedor, exigidas no edital, durante toda a execução do fornecimento, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei 8.666/93 e do Decreto 15.185/2013
- 16.5. Pagar no vencimento a fatura correspondente a execução do(s) serviço(s).

17. PRAZO DE VIGÊNCIA E ÍNDICE DE REAJUSTE DO CONTRATO:

- 17.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, com início a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado em conformidade com o art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.
- 17.2. O contrato, se necessário, será reajustado mediante iniciativa da CONTRATADA, desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste, tendo como base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IPCA / IBGE.
- 17.3. Os efeitos financeiros do reajuste serão devidos a partir da solicitação da CONTRATADA.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 18.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Fornecedor, sujeitando-o às seguintes penalidades:
- 18.1.1. Advertência.
- 18.1.2. Multas nos seguintes percentuais:
- h) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução do serviço, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída,

- quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
- i) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho ou outro instrumento hábil em caso de recusa do infrator em aceitá-la(o) ou retirá-la(o);
 - j) multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;
 - k) multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas;
 - l) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou da contratação direta na hipótese de o infrator executar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
 - m) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato quando o infrator der causa ao cancelamento do contrato;
 - n) multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar o cancelamento do contrato e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados ou registrados.

18.1.3. Impedimento de licitar e contratar, com o consequente descredenciamento do SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02.

18.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Belo Horizonte, nos termos do art. 87, IV da Lei 8.666/93.

18.2. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pela Diretoria de Logística da Secretaria Municipal de Saúde.

18.2.1. Nos casos previstos pela legislação, as multas poderão ser descontadas do pagamento imediatamente subsequente à sua aplicação.

18.3. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Secretário Municipal Adjunto de Saúde.

18.4. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada pelo Secretário Municipal de Saúde.

18.5. Na notificação de aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

18.6. Na notificação de aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.



18.7. No caso de aplicação das penalidades previstas será concedido prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de recurso.

18.8. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto e não exige a Contratada da plena execução do objeto contratado.

18.8.1. Na hipótese de cumulação a que se refere o subitem acima serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.

18.9. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

18.10. Poderá, ainda, ser objeto de apuração e processo administrativo a prática considerada abusiva, inclusive aquela caracterizada por proposta com preço manifestadamente majorado ou inexequível.

19. ÓRGÃO E GERÊNCIA RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

19.1. A fiscalização e gestão do contrato será exercida pelos responsáveis abaixo designados:

Gestor: Guilherme Soares de Souza - BM 100.121.1 – GELOG – S A

Fiscal: Roberto Benedito Filho – MATRIC. 7063 – GELOG – S A

20. CONSÓRCIO:

20.1. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio.

JUSTIFICATIVA:

A participação de consórcio não garante e/ou amplia a competitividade, podendo até restringir a concorrência, pois as empresas consorciadas deixariam de competir entre si e ainda não daria condições de participação a outras empresas, levando a Administração a não selecionar a proposta mais vantajosa.

21. SUBCONTRATAÇÃO:

21.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto contrato, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pela Administração Municipal, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade do fornecedor.

Belo Horizonte, 15 de Julho de 2020

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE



ANEXO I

PROJETO BÁSICO – TERMO DE REFERÊNCIA

1. ESPECIFICAÇÃO:

1.1. Contratação de empresa para a locação de 2 (duas) Empilhadeiras elétricas e 10 (dez) Paletes manuais, para um período de 12 meses, estando inclusos os serviços de manutenção e, inclusive, o fornecimento de peças, componentes e suprimentos necessários para seu funcionamento.

SICAM	DESCRIÇÃO	CARACTERÍSTICAS	UNID.	QUANT. TOTAL.
0359	LOCAÇÃO DE EMPILHADEIRA ELÉTRICA, RETRÁTIL, OPERADOR SENTADO A BORDO, COM RODAS. INCLUSOS: BATERIAS E CARREGADORES.	Capacidade de carga de no mínimo 1.600 kg	UNID.	2
		Altura de elevação do garfo de no mínimo 5.50 metros.		
		Altura total, com mastro abaixado com altura de no máximo de 2.90 metros.		
		Corredor operacional de no máximo 2.80 metros		
		Autonomia mínima de baterias de 8 hs/dia.		
0360	LOCAÇÃO DE PALETEIRAS MANUAIS, RODAS NYLON/POLIURETANO, RODA DE CARGA SIMPLES OU TANDEM	Capacidade de carga mínima de 2.500kg	UNID.	10
		Comprimento útil do garfo entre 1150 a 1220 mm		
		Largura externa do Garfo de 680 mm		
		Comprimento total mínimo de 1533 mm		
		Altura do garfo elevado mínima de 185 mm.		
		Altura do garfo abaixado mínima de 75 mm.		



2. DEFINIÇÃO DE MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO PARA EMPILHADEIRA:

2.1. Local de Execução.

2.1.1. Os maquinários e a prestação de serviços deverão ser executados na Gerência de Logística, Apoio à Rede e Almoxarifado – GELOG/ SMSA, situado à Rua Piraquara, nº 325, Vila Oeste, Belo Horizonte/MG, no dia e horário agendados com o gestor ou fiscal do contrato, tendo em vista a necessidade de vistoria por parte da GELOG-SA. Este agendamento será realizado por e-mail almox.smsa@pbh.gov.br ou telefone - Tel: (31) 3246-2131 e (31) 3277- 5997.

2.2. Prazo de Execução

2.2.1. A Contratada deverá iniciar a execução de entrega do(s) maquinário(s) locado(s) em até **05(cinco) dias corridos** contados a partir da assinatura do contrato.

2.3. Os maquinários deverão ser disponibilizados em conformidade com os termos estabelecidos na Norma Regulamentadora nº. 11 do Ministério do Trabalho e Emprego.

2.4. Os maquinários deverão atender às especificações contidas neste instrumento, em perfeitas condições de utilização, conservação, trafegabilidade, funcionamento e segurança.

2.5. O tempo de uso dos veículos deverá ser de no máximo **10.000 (dez mil) horas** durante a vigência contratual e assim que o(s) maquinário(s) alcançar(em) essas horas, deverá(ão) ser substituído(s) em até 1 (um) dia útil, após recebimento do Comunicado por parte da GELOG.

2.6. Uma vez comunicada pela Contratante, a Contratada terá até 24 (vinte e quatro) horas de prazo para a realização do conserto.

2.7. Todos e quaisquer custos associados a peças de reposição, bem como aqueles relacionados à mão de obra, que surgirem durante os procedimentos de manutenção dos maquinários locados, serão integralmente sem ônus à Contratante.

2.8. Caso não se efetive o reparo, a Contratada deverá comunicar à Contratante a impossibilidade, do reparo ou conserto, em até o prazo de 24 horas, através de laudo de manutenção, para substituição do equipamento.

2.9. A Contratada se responsabilizará integralmente pela substituição do maquinário no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do atestamento do laudo de manutenção, pelo gestor do contrato, da comunicação, por parte da Contratada para a Contratante, pela impossibilidade de reparo, ficando esta, a Contratada, caso não execute a reposição, sujeita a penalidades.

2.10. Na hipótese de utilização de maquinário reserva, este não poderá possuir características técnicas inferiores às estabelecidas no contrato.

2.11. No 5º (quinto) dia útil de cada mês, deverá ocorrer a manutenção preventiva e corretiva, sendo que, após a execução do serviço, a Contratada deverá efetuar a limpeza completa dos maquinários, lubrificações, reparos e posteriormente emitir relatório(s) de inspeção(ões) realizado(s) pela manutenção. Este relatório deve ser assinado e entregue ao responsável da GELOG, que acompanhou tal atividade.



- 2.12. As operações de entrega e retirada dos maquinários serão efetuadas pela Contratada nas dependências da Gerência de Logística, Apoio à Rede e Almoxarifado – GELOG/ SMSA, conforme informações no item 2.1.1.
- 2.13. O carregamento das empilhadeiras locadas será de responsabilidade da Contratada. Esta deverá disponibilizar baterias para recarga e carregador, tanto quanto necessário, com vistas ao cumprimento da autonomia solicitada para cada empilhadeira.
- 2.14. A Contratada deverá treinar os funcionários indicados pela GELOG-SA, habilitando-os para operação, condução e utilização dos maquinários, bem como fornecer, para arquivo interno, manuais de operação em português relativos aos equipamentos.
- 2.15. O treinamento deverá ser ministrado em turma única, para 5 (cinco) pessoas, com carga horária não inferior a 4 (quatro) horas, nas dependências do Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde (GELOG-SA), em até 5 dias corridos após a entrega dos equipamentos.
- 2.16. O treinamento deverá ser agendado com a GELOG-SA em até 5 (cinco) dias corridos após a assinatura do contrato.

3. DEFINIÇÃO DE MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO PARA PALETEIRA:

3.1. Local de Execução.

3.1.1. As paleteiras e a prestação de serviços deverão ser executados na Gerência de Logística, Apoio à Rede e Almoxarifado – GELOG/ SMSA, situado à Rua Piraquara, nº 325, Vila Oeste, Belo Horizonte/MG, no dia e horário agendados com o gestor ou fiscal do contrato, tendo em vista a necessidade de vistoria por parte da GELOG-SA. Este agendamento será realizado por e-mail almox.smsa@pbh.gov.br ou telefone. Tel: (31) 3246-2131 e (31) 3277- 5997.

3.2. Prazo de Execução

3.2.1. A Contratada deverá iniciar a execução de entrega do(s) maquinário(s) locado(s) em até **05(cinco) dias corridos** contados a partir da assinatura do contrato.

3.3. Os equipamentos deverão ser disponibilizados em conformidade com os termos estabelecidos na Norma Regulamentadora nº 11 do Ministério do Trabalho e Emprego.

3.4. Os equipamentos deverão atender às especificações contidas neste instrumento, em perfeitas condições de utilização, conservação, trafegabilidade, funcionamento e segurança.

3.5. Uma vez comunicada pela Contratante, a Contratada terá até 24 (vinte e quatro) horas de prazo para a realização do conserto.

3.6. Todos e quaisquer custos associados a peças de reposição, bem como aqueles relacionados à mão de obra, que surgirem durante os procedimentos de manutenção dos equipamentos locados, serão integralmente sem ônus à Contratante.



- 3.7. Caso não se efetive o reparo, a Contratada deverá comunicar à Contratante a impossibilidade, do reparo ou conserto, em até o prazo de 24 horas, através de laudo de manutenção, para substituição do equipamento.
- 3.8. A Contratada se responsabilizará integralmente pela substituição do equipamento no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do atestamento do laudo de manutenção, pelo gestor do contrato, da comunicação, por parte da Contratada para a contratante, pela impossibilidade de reparo, ficando esta, a Contratada, caso não execute a reposição, sujeita a penalidades.
- 3.9. Na hipótese de utilização de equipamento reserva, este não poderá possuir características técnicas inferiores às estabelecidas no contrato
- 3.10. No **5º (quinto) dia útil** de cada mês, deverá ocorrer a manutenção preventiva e corretiva, sendo que, após a execução do serviço, a Contratada deverá efetuar a limpeza completa dos equipamentos, lubrificações, reparos e posteriormente emitir relatório(s) de inspeção(ões) realizado(s) pela manutenção. Este relatório deve ser assinado e entregue ao responsável da GELOG, que acompanhou tal atividade.
- 3.11. As operações de entrega e retirada dos equipamentos serão efetuadas pela CONTRATADA nas dependências da Gerência de Logística, Apoio à Rede e Almoxarifado - GELOG/SMSA, conforme informações no item 3.1.1.